

Rio de Janeiro, novembro de 2021

## Position Paper – AIGLP

### Pobreza energética, subsídios e livre concorrência

A AIGLP – Associação Ibero-americana de Gás Liquefeito de Petróleo, que há 35 anos congrega empresas e associações atuantes no mercado de GLP em 16 países, com o propósito de promover as boas práticas deste setor, vem respeitosamente trazer às autoridades governamentais, assim como aos órgãos reguladores e técnicos, algumas questões ligadas à economia, ao meio ambiente e às condições de vida da população, tendo em vista especialmente os segmentos populacionais em situação de pobreza energética.

Entendemos como “pobreza energética” a dificuldade de acesso a opções de energia mais limpas e mais seguras, levando milhões de famílias ao consumo de combustíveis extremamente nocivos à saúde humana e ao ecossistema, como é o caso da lenha, do etanol e do querosene utilizados para a cocção de alimentos nas residências. O GLP é uma solução para que a população em geral tenha acesso a uma fonte energética limpa, com menor emissão de resíduos no meio ambiente, além da vantagem de ser facilmente transportado, chegando até mesmo aos locais mais distantes e de difícil acesso.

Programas de subsídios ao GLP são recorrentes na América Latina, mas geralmente são implementados com alto custo e resultados insuficientes. No cenário atual de alta dos preços dos derivados de petróleo no mundo, agravado pelo desequilíbrio das cadeias de suprimento no pós-Covid-19 e pela desvalorização das moedas nacionais em relação ao dólar, os governos de vários países do continente vêm adotando esses programas, poucos deles com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

É importante avaliar a aplicação desses recursos. O subsídio sem uma destinação criteriosamente focalizada cria um preço artificial para o produto e onera excessivamente o Estado, tornando-se um peso imenso para a carga fiscal e consumindo recursos públicos que poderiam ser destinados a programas de saúde e educação, além de chegar enfraquecido aos que realmente precisam. No final das contas, todos arcarão com os custos que vão crescendo a cada dia, comprometendo o futuro, esgotando a liquidez e endividando os países.

Com base em experiências internacionais, a AIGLP acredita que poderia ser feito mais gastando menos. Focalizando o subsídio nas famílias menos favorecidas, ou mesmo diminuindo o subsídio geral e reforçando o focalizado, os recursos aplicados pelo governo terão mais efetividade, porque não serão diluídos na totalidade da população.

É importante que os programas busquem alertar para os perigos do uso de energéticos poluidores, com métricas claras sobre a redução desse consumo tão danoso à sociedade, seja lenha, carvão, álcool, querosene ou outros. Experiências de fomento ao uso do GLP em diversos países apresentam resultados inequívocos na redução do desmatamento e dos custos com saúde pública, além de ganhos em bem-estar social, que podem ser ainda mais significativos com políticas focalizadas. O governo de cada país, analisando com seus próprios dados a realidade da população nos diversos níveis, reúne as condições necessárias para definir os beneficiários que devem ser atingidos pelos programas sociais.

Quanto à operacionalização do subsídio, a tecnologia de hoje permite o direcionamento dos recursos exclusivamente para a compra de botijões residenciais de GLP, por meio de cartões eletrônicos e aplicativos em telefones celulares, de modo extremamente simples e amigável para os beneficiários e para os pontos de venda credenciados.

### **Livre mercado e competitividade**

É importante deixar claro que a AIGLP não defende a existência de subsídios, mas entende que, havendo desejo do Estado em implementar algum programa de combate à pobreza energética, existem meios com diferentes níveis de eficácia.

A defesa da livre concorrência é um dos pilares básicos da AIGLP, que considera fundamental a preservação da ampla competitividade entre as empresas, propiciando aos consumidores menores preços e maior qualidade.

Por outro lado, independentemente dos programas sociais para as parcelas mais carentes da sociedade, o GLP deve competir em igualdade de condições com os demais energéticos, sendo precificado de acordo com a realidade dos mercados e criando atratividade para investimentos em infraestrutura que são imprescindíveis ao abastecimento seguro deste energético essencial. Com seu elevado poder calorífico, que promove maior eficiência em inúmeras aplicações, inclusive na indústria e no agronegócio, intensificar o seu uso será altamente vantajoso para a economia dos países e para as gerações futuras. Assim, o GLP poderá ser utilizado em todo o seu potencial, deixando que a sociedade, os consumidores, tanto pessoas quanto empresas, escolham o energético de sua preferência.



Ricardo Tonietto  
Presidente



Diego Ciufici N. Alves  
Diretor Executivo